

**EDITAL N.º 01/2009 – SEAD/IASEP – INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS
SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ**

REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA: 07 de fevereiro de 2010

NÍVEL SUPERIOR

**Cargo: TÉCNICO EM SERVIÇO SOCIAL –
SERVIÇO SOCIAL**

| |
|--------------------------|
| Nome do Candidato: _____ |
| Nº de Inscrição: _____ |
| _____ |
| Assinatura |

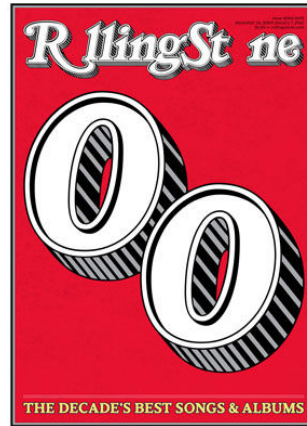
INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

- 1. Confira se a prova que você recebeu corresponde ao cargo/nível de escolaridade ao qual você está inscrito, conforme consta no seu cartão de inscrição e no cartão resposta. Caso contrário comunique imediatamente ao fiscal de sala.**
- 2. Esta prova contém 40 questões objetivas, sendo 05 de Língua Portuguesa, 05 de Noções de Informática, 05 de Meio Ambiente, 05 de Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado e 20 de Conhecimentos Específicos. Caso exista alguma falha de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala. Na prova há espaço reservado para rascunho. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início às 8:30h e término às 12:30h (horário de Belém).**
- 3. A resposta definitiva de cada questão deve ser obrigatoriamente, assinalada no CARTÃO RESPOSTA, considerando a numeração de 01 a 40.**
- 4. Confira se seu nome, número de inscrição, cargo de opção e data de nascimento, consta na parte superior do CARTÃO RESPOSTA que você recebeu. Caso exista algum erro de impressão, comunique imediatamente ao fiscal de sala, a fim de que o fiscal registre na Ata de Sala a devida correção.**
- 5. É obrigatório que você assine a LISTA DE PRESENÇA e o CARTÃO RESPOSTA do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.**
- 6. Utilize somente caneta esferográfica de tinta preta ou azul, pois não serão consideradas marcações a lápis no CARTÃO RESPOSTA. O CARTÃO RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas.**
- 7. A maneira correta de marcar as respostas no CARTÃO RESPOSTA é cobrir totalmente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo constante no CARTÃO RESPOSTA.**
- 8. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão resposta por erro do candidato. O cartão resposta só será substituído se for constatada falha de impressão.**
- 9. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, uma hora após o início da prova. A inobservância acarretará a eliminação do concurso.**
- 10. O candidato deverá devolver no final da prova, o cartão-resposta e o boletim de questões, recebidos.**
- 11. Será automaticamente eliminado do concurso público do Instituto de Assistência dos Servidores do Estado do Pará, o candidato que durante a realização da prova descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 01/2009-SEAD/IASEP.**

LÍNGUA PORTUGUESA

Anos 00: a década perdida?

1 A revista *Rolling Stone* deste mês faz um extenso balanço
2 da década de zero. O conteúdo desta década está perto
3 (um pouco exageradamente) do nome que tem: zero. O
4 editorial deste mês decidiu chamar-lhe “a década das
5 oportunidades perdidas”. Será assim mesmo? Vamos
6 refletir.



7 **Internet:** Esta invenção prometia uma década dourada de
8 um fluxo rápido de informação. A consequência mais óbvia
9 prevista em 2000 seria um enriquecimento cultural das
10 pessoas, já que era uma forma de informação gratuita e
11 acessível a quase todos, mesmo um cidadão de uma
12 pequena aldeia poderia finalmente almejar ter acesso ao
13 conhecimento quase tanto como um vizinho da Biblioteca
14 Nacional. O que aconteceu na década de zero? Surgiu a
15 Web 2.0 vocacionando a net para conteúdos mais visuais e menos informativos. As
16 pessoas substituem a realidade pela Internet: redes sociais, conversas *online*, ver
17 vídeos da vizinha no *YouTube*... A Internet serviu ao aldeão para ter acesso a um
18 mundo que supõe ser o centro nevrálgico da humanidade: não se interessa em
19 melhorar através do conhecimento a sua vida quotidiana mas sim em saber o que se
20 passa longe de si. A sensação de se ser complexado por se ser provinciano nunca foi
21 tão grande.

22 **Privacidade:** É a década da exploração da privacidade devido a muitos meios
23 tecnológicos mais evoluídos. Começamos pelo programa *Big Brother* e continuamos
24 em agressões em salas de aula ou podemos assistir pelo *YouTube* à morte de um
25 determinado fulano na estrada. Não deveria a privacidade ser um direito?

26 **Individualismo:** Muitos direitos tem sido alcançados, mas e deveres? Alguém fala
27 destes? Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o
28 direito tem um interesse individual. Os deveres referindo-se ao coletivo são
29 descartados e ninguém quer referi-los por implicarem trabalho sem retorno imediato. A
30 década de 00 foi de avanço progressivo do individualismo.

<http://cafeilosoficodeevora.blogspot.com/2009/12/anos-00s-decada-perdida.html>

01. No texto “Anos 00: a década perdida?”,

- (A) discutem-se as vantagens trazidas pelos avanços tecnológicos nos anos 00.
- (B) faz-se uma retrospectiva minuciosa dos fatos que marcaram a década de zero.
- (C) enumeram-se as oportunidades que foram desperdiçadas ao longo da década de 00.
- (D) apresentam-se algumas razões que explicam por que os anos 00 são considerados a década das oportunidades perdidas.

02. Leia os enunciados abaixo:

- I. Os anos 00 renderam muito poucos frutos, por isso, foram considerados uma década malsucedida.
- II. Com a Internet, as pessoas passaram a privilegiar o mundo virtual, em detrimento da própria vida.
- III. A década de 00 atenuou o sentimento de inferioridade daqueles que moram distante dos grandes centros urbanos.
- IV. A Internet, ao possibilitar um rápido fluxo de informações, permitiu o enriquecimento cultural das pessoas, inclusive daquelas que vivem longe das grandes cidades.

Em relação às idéias desenvolvidas no texto, **está correto** o que se afirma em

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) III e IV
- (D) I, II e III

03. Considere o fragmento de texto abaixo:

Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o direito tem um interesse individual. Os deveres referindo-se ao coletivo são descartados e ninguém quer referi-los por implicarem trabalho sem retorno imediato (linhas 27-29).

Esse fragmento é reformulado, sem qualquer alteração de sentido, em

- (A) Por um lado, leva-se em conta o direito por ser vantajoso e assegurar interesses individuais, por outro, os deveres são considerados por garantirem benefícios coletivos a curto prazo.
- (B) Apesar de ser vantajoso, o direito está relacionado a interesses individuais, contrariamente aos deveres que, sendo coletivos, são mais trabalhosos e não trazem benefícios imediatos.
- (C) Não resta nenhuma dúvida de que o direito é vantajoso do ponto de vista individual enquanto os deveres não trazem recompensas, nem individuais nem coletivas, por isso, não são referidos.
- (D) O direito, embora nefasto, diz respeito a ganhos individuais; já os deveres são de natureza coletiva, entretanto, são deixados de lado por exigirem esforço e não trazerem recompensas a curto prazo.

04. O trecho sublinhado que, em relação ao enunciado precedente, expressa a ideia de causa é:

- (A) “A consequência mais óbvia prevista em 2000 seria um enriquecimento cultural das pessoas, já que era uma forma de informação gratuita e acessível a quase todos” (linhas 8-11).
- (B) “Que o direito é uma vantagem não há dúvida, não se apercebe contudo que o direito tem um interesse individual” (linhas 27-28).
- (C) “não se interessa em melhorar através do conhecimento a sua vida cotidiana mas sim em saber o que se passa longe de si” (linhas 18-20).
- (D) “A Internet serviu ao aldeão para ter acesso a um mundo que supõe ser o centro nevrálgico da humanidade” (linhas 17-18).

05. Julgue os itens abaixo:

- I. O vocábulo “contudo” (linha 27) pertence à categoria das conjunções e é designativo de oposição.
- II. Em “Não deveria a privacidade ser um direito?” (linha 25), o futuro do pretérito sugere condição, indicando o futuro de um passado que não chegou ao presente.
- III. A forma verbal “tem” (linha 26) deveria estar no plural para concordar com o sujeito “muitos direitos” (linha 26).
- IV. Com base no contexto linguístico, pode-se depreender que “vacionando” (linha 15) tem o mesmo significado de “impelindo”.
- V. Em “Esta invenção prometia uma década dourada de um fluxo rápido de informação” (linhas 7-9) ocorre uma silepse de número (linhas 7-8).

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III
- (B) II, III e V
- (C) I, III e IV
- (D) I, II, III e IV

INFORMÁTICA

06. O comando localizado no menu “Iniciar” do Windows XP, que proporciona o acesso às conexões de rede local e Internet, configuradas no microcomputador é o

- (A) Acessar
- (B) Internet
- (C) Conectar-se
- (D) Configurações

07. Dentre os componentes que formam uma janela no Windows XP, a Barra de _____, apresenta algumas informações sobre o conteúdo da janela em questão.

- (A) Comunicação
- (B) Mensagem
- (C) Informação
- (D) Status

08. O servidor responsável por armazenar as páginas da WWW que a empresa mantém em seu site para que os diversos navegadores de internet possam acessar o seu conteúdo (páginas) é o

- (A) SSL
- (B) POP
- (C) SMTP
- (D) WEB

09. No Microsoft Internet Explorer 6, para acessar a opção responsável por verificar a correspondência entre as páginas off-line e as respectivas páginas da Web, é necessário ir até o menu Ferramentas e selecionar a opção

- (A) Windows Update
- (B) Gerenciar Complementos...
- (C) Sincronizar...
- (D) Opções da Internet

10. Para mover um arquivo de uma pasta para outra, no Internet Explorer, o usuário seleciona o arquivo, e utiliza as opções recortar e colar, respectivamente, existentes no menu “Editar”. As mesmas ações poderão ser realizadas, utilizando as seguintes combinações de teclas, respectivamente:

- (A) CTRL + X ; CTRL + V
- (B) CTRL + Z ; CTRL + V
- (C) CTRL + A ; CTRL + Z
- (D) CTRL + K ; CTRL + X

MEIO AMBIENTE

11. Para a execução de obras de engenharia que possam afetar as estações ecológicas, será obrigatória a audiência prévia do

- (A) Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
- (B) Conselho Nacional do Meio Ambiente
- (C) Ministério do Meio Ambiente
- (D) Instituto Chico Mendes

12. A instância administrativa do CONAMA responsável pelo julgamento, em caráter final, das multas e outras penalidades administrativas impostas pelo IBAMA é a Câmara

- (A) Especial Recursal
- (B) Técnica de Assuntos Jurídicos
- (C) Técnica de Economia e Meio Ambiente
- (D) Técnica de Controle e Qualidade Ambiental

13. A Política de Meio Ambiente do Estado do Pará veda o licenciamento de projetos agrossilvipastoris

- (A) quando resultarem em degradação dos solos
- (B) em áreas que correspondam a ecossistemas frágeis
- (C) quando implicarem em desmatamento de espaços territoriais
- (D) quando resultarem em degradação dos mananciais

14. A Agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de

- (A) 40 capítulos
- (B) 40 programas
- (C) 1 preâmbulo e 40 capítulos
- (D) 1 preâmbulo e 40 programas

15. É um dos objetivos da Política Estadual do Meio Ambiente:

- (A) Combater a pobreza e a marginalização
- (B) Reduzir as desigualdades sociais e regionais
- (C) Garantir a participação popular nas decisões relacionadas ao meio ambiente
- (D) Criar e implementar instrumentos e meios de preservação e controle ambiental

REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES DO ESTADO

16. Quanto às disposições da Lei Federal n.º 9.656/1998, bem como de suas interconexões com a Medida Provisória n.º 2.177-44/2001, assinale a alternativa correta:

- (A) Submetem-se às disposições da Lei Federal n.º 9.656/1998 as pessoas jurídicas de direito público e privado que operam planos de assistência à saúde, sem prejuízo do cumprimento da legislação específica que rege a sua atividade.
- (B) Constitui Plano Privado de Assistência à Saúde a prestação continuada de serviços ou cobertura de custos assistenciais a preço pré ou pós-estabelecido, por prazo indeterminado, com a finalidade de garantir, sem limite financeiro, a assistência à saúde, pela faculdade de acesso e atendimento por profissionais ou serviços de saúde livremente escolhidos, integrantes ou não de rede credenciada, contratada ou referenciada, visando à assistência médica, hospitalar e odontológica, a ser paga integral ou parcialmente às expensas da operadora contratada, mediante reembolso ou pagamento direto ao prestador, por conta e ordem do consumidor.
- (C) No que concerne à Operadora de Plano de Assistência à Saúde, constitui esta a pessoa jurídica instituída apenas sob a modalidade de entidade de autogestão que opere produto, serviço ou contrato de Plano Privado de Assistência à Saúde.
- (D) O conjunto de contratos de cobertura de custos assistenciais ou de serviços de assistência à saúde em qualquer das modalidades de que tratam o inciso I e o § 1.º do art. 1.º da Lei n.º 9.656/1998, com todos os direitos e obrigações nele contidos, denomina-se *cadeira*.

17. Considere os seguintes itens:

- I. A Resolução CONSU n.º 02/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, define que “doenças e lesões preexistentes” são aquelas que o consumidor ou seu responsável saiba ser portador ou sofredor, mesmo em época posterior à contratação de planos ou seguros privados de assistência à saúde.
- II. De acordo com a Resolução CONSU n.º 02/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, às crianças nascidas de parto coberto pela operadora não caberá qualquer alegação de doença ou lesão preexistente, sendo-lhes garantida a assistência durante os 30 (trinta) primeiros dias de vida dentro da cobertura do plano do titular, assim como estará garantida a sua inscrição na operadora sem a necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária ou agravo.
- III. Consoante a Resolução CONSU n.º 05/1998, do Conselho de Saúde Suplementar, os programas assistenciais existentes dentro da autogestão com fins específicos de promoção da saúde e prevenção de doenças, bem como os de gestão de custos para doenças crônicas e preexistentes deverão ser protocolados no Ministério da Saúde.
- IV. A Resolução CONSU n.º 17/1999, do Conselho de Saúde Suplementar, dispõe sobre os agravos a que se refere a Resolução CONSU n.º 02/1998.

Estão corretos os itens

- (A) I, III e IV, somente
- (B) I, II e IV, somente
- (C) II, III e IV, somente
- (D) I, II, III e IV

18. Assinale a alternativa incorreta:

- (A) Reintegração é a reinvestidura do servidor no cargo antes ocupado, quando sua demissão foi anulada por decisão administrativa ou judicial, tendo direito ao ressarcimento de remuneração e vantagens não percebidas.
- (B) O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento facultativo em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.
- (C) Reversão é o retorno do servidor aposentado por invalidez, quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos da aposentadoria.
- (D) Promoção é a ascensão vertical na carreira, quando se passa de um cargo inferior para outro superior.

19. Acerca da acumulação de cargos públicos no âmbito do Governo do Estado do Pará, assinale a alternativa correta:

- (A) A vedação de acumular é extensiva a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista pertencentes ao Governo do Estado do Pará, à União e aos Municípios e ao Distrito Federal.
- (B) No âmbito da Administração Pública estadual, a acumulação é excepcionalmente permitida, desde que haja compatibilidade de horários e haja observância ao disposto na Lei Federal n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico Único dos Servidores Federais), por se tratar de norma hierarquicamente superior à Lei Estadual n.º 5.810/1994 (Regime Jurídico Único dos Servidores Estaduais).
- (C) O servidor estadual poderá exercer permanentemente, no máximo, até dois cargos em comissão, desde que não seja remunerado pelo exercício de um deles.
- (D) Em regra, o Regime Jurídico Único dos servidores estaduais permite a acumulação remunerada de cargos públicos.

20. Afirma-se corretamente que a Resolução Normativa n.º 162, de 17 de outubro de 2007, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar, não dispõe sobre

- (A) a Declaração de Saúde e sobre o processo administrativo para comprovação do conhecimento prévio de doenças ou lesões preexistentes pelo beneficiário de plano privado de assistência à saúde no âmbito da Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- (B) as sanções aplicáveis aos procedimentos e atividades lesivas à assistência de saúde suplementar.
- (C) a obrigatoriedade da Carta de Orientação ao beneficiário, enquanto documento padronizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar, que visa orientar o beneficiário sobre o preenchimento da Declaração de Saúde no momento da assinatura do contrato.
- (D) a revogação da Resolução CONSU n.º 02, de 4 de novembro de 1998.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. O estudo social, a perícia, o laudo social, o parecer social e o relatório fazem parte de uma metodologia de trabalho de domínio específico e exclusivo do assistente social na área sócio-jurídica. Por relatório social compreende-se

- (A) uma avaliação, exame ou vistoria, solicitada ou determinada sempre que a situação exigir um parecer técnico ou científico.
- (B) um processo metodológico pelo qual se conhece com profundidade e de forma crítica uma determinada situação ou expressão da questão social nos seus aspectos sócio-econômico e cultural.
- (C) a apresentação descritiva e interpretativa de uma situação ou expressão da questão social, a fim de subsidiar um auto processual.
- (D) um elemento de “prova” que tem a finalidade de dar suporte à decisão judicial, contribuindo para a formação de um juízo por parte do magistrado.

- 22.** As discussões acerca do Serviço Social na contemporaneidade nos levam a refletir profissão sob o prisma crítico e de rompimento com atividades burocráticas, que reduzem o trabalho do assistente social a mero emprego, ou seja, a se assemelhar ao de um profissional executivo. Isso significa que o assistente social, como profissional propositivo,
- (A) deve desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade, a fim de construir propostas criativas de efetivação de direitos sociais a partir de demandas do cotidiano.
 - (B) é potencialmente detentor de conhecimentos sociais e, por isso, deve ser capaz de intervir em programas sociais e executar ações sociais com competência e eficácia para ser respeitado por outros profissionais.
 - (C) favorece a intervenção afetiva e competitiva no seu campo de trabalho com outros profissionais, com o propósito de não só de executar políticas públicas, mas de interpretá-las.
 - (D) como não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho, torna-se um profissional criativo e inovador.
- 23.** No período em que o Serviço Social transitava para a sua profissionalização, duas encíclicas papais tiveram um papel sumamente importante para o seu desenvolvimento. São elas: as encíclicas Rerum Novarum, divulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891, e Quadragésimo Anno, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931. A Rerum Novarum dividia-se em duas partes, a saber,
- (A) a solução proposta pelo socialismo e a solução proposta pela Igreja
 - (B) a ação Católica e a Reforma Social
 - (C) a boa nova e a Igreja enquanto instituição divina
 - (D) a miséria do comunismo e o caminho pela fé
- 24.** São concebidas como um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal, que tendem a diminuir as desigualdades sociais e são caracterizadas como redistributivas:
- (A) a ação social do estado
 - (B) as políticas sociais tradicionais
 - (C) as políticas sociais críticas
 - (D) as políticas públicas não-governamentais
- 25.** Mário foi chamado para assumir o cargo de assistente social em um município do Pará. A fim de conhecer a realidade local e fazer um reconhecimento, saiu andando pelas ruas, se apresentando, conversando com as pessoas, estabelecendo diálogos intencionais, numa relação formal e postura profissional. Ele utilizou um importante instrumental técnico-operativo do serviço social conhecido como
- (A) entrevista
 - (B) visita institucional
 - (C) abordagem
 - (D) relacionamento
- 26.** Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a idade mínima para adotantes é de
- (A) 18 anos
 - (B) 21 anos
 - (C) 25 anos
 - (D) 30 anos
- 27.** A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Estes termos constam
- (A) dos princípios e fins da educação nacional
 - (B) do direito à educação e do dever de educar
 - (C) da organização da educação nacional
 - (D) das garantias educacionais do direito ao trabalho profissional

- 28.** D. Marluce, 87 anos, é portadora de necessidades especiais. Na visita domiciliar realizada pelo assistente social, ela reclamou que sempre é obrigada, mesmo nas dificuldades de locomoção, a ir aos hospitais a fim de ser atendida pelos médicos. O profissional argumentou, baseado no estatuto do idoso no que diz respeito ao direito à saúde que,
- (A) pelo número reduzido de médicos, o atendimento, obrigatoriamente, tem que ser feito no hospital ou postos de saúde.
 - (B) mesmo na necessidade de locomoção do idoso, o poder público não pode responsabilizar-se pelo atendimento domiciliar.
 - (C) o atendimento domiciliar é direito do idoso que dele necessitar e esteja impossibilitado de se locomover.
 - (D) somente as instituições privadas conveniadas ao SUS podem realizar atendimento domiciliar ao idoso no caso deste não poder locomover-se.
- 29.** O planejamento é fundamental para a ação profissional do Assistente Social. Por isso, deve-se reconhecer que qualquer tipo de planejamento (participativo, estratégico, gerenciamento da qualidade total etc.) encerra-se basicamente em três momentos:
- (A) o diálogo entre as partes envolvidas, a análise e o diagnóstico
 - (B) a coleta de dados, a interpretação e os resultados
 - (C) a compreensão da situação, o diagnóstico e o processo de tomada de decisão
 - (D) o levantamento de campo, a descrição da realidade e a análise
- 30.** É importante notar que o primeiro Código de Ética dos Assistentes Sociais foi aprovado em 1947, tendo sofrido duas alterações, uma em 1965 e outra em 1975, as quais foram parciais, permanecendo a base filosófica do humanismo tradicional. Neste sentido, o Código de 1986 representa
- (A) uma continuidade, por não conseguir propor alternativa de superação da prática do serviço social tradicional através de técnicas e novos procedimentos de intervenção pautados na dimensão da liberdade.
 - (B) um avanço na busca de uma ética que responda aos desafios da sociedade, introduzindo três dimensões de mudança: a negação da neutralidade, os pressupostos metafísicos e idealistas e o papel profissional tradicional.
 - (C) um avanço no contexto histórico de abertura democrática, ao propor uma prática ética do serviço social comprometido com as classes subalternas, com o compromisso ético de promover a transformação social para a emergência da solução socialista.
 - (D) uma continuidade, pela não superação do humanismo tradicional, que coloca como base de sustentação a promoção do bem comum e o respeito aos direitos humanos.
- 31.** A economia em saúde é um tema relativamente novo no Brasil, tendo-se estruturado a partir de 1990, como planejamento que se espera alcançar mediante alocação e distribuição de recursos. Por economia em saúde compreende-se
- (A) o processo agregado ao desenvolvimento econômico e social da saúde em um país
 - (B) a aplicação de instrumentos econômicos a questões estratégicas e operacionais do setor saúde
 - (C) a aplicabilidade de metodologias econômicas para avaliar os processos epidemiológicos
 - (D) o planejamento em saúde visando à redução de gastos com pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS)
- 32.** A análise das redes nos permite identificar detalhadamente os padrões de relacionamento entre atores em uma determinada situação social, assim como mudanças no tempo. Esse estruturalismo de origem empírica apresenta grande potencialidade para o estudo da relação entre público e privado na formulação de gestão de ações do Estado. Neste contexto, entende-se por rede social
- (A) o conjunto das relações, vínculos e trocas entre entidades, e suas características no campo social.
 - (B) situações concretas para investigar a inter-relação entre as estruturas constituídas e as ações dos agentes na esfera pública.
 - (C) o campo presente em determinado momento, estruturado por vínculos entre indivíduos, grupos e organizações construídas ao longo do tempo.
 - (D) relações ligadas e superpostas para explicar fenômenos que constituem uma estrutura social.

33. A grande novidade que alimentou a produção teórica do novo milênio foram os movimentos sociais globais. O primeiro deles foi o

- (A) operário
- (B) étnico
- (C) transgênico
- (D) fórum social

34. Para se constituir, a perspectiva interdisciplinar não opera uma eliminação das diferenças, tanto que, na vida em geral, ela

- (A) minimiza as diferenças e ressalta o sentido de verdade de cada disciplina em particular.
- (B) reconhece as diferenças e as especificidades, convive com elas, sabendo, contudo, que elas se reencontram e se complementam, contraditória e dialeticamente.
- (C) promove o consenso dos saberes, demandando, na área de ensino, uma justaposição das disciplinas.
- (D) opera uma perspectiva de intervenção técnico-operacional pautada na generalidade da construção do saber metafísico.

35. No que diz respeito ao Estatuto da pessoa com deficiência, considerando o art. 9º, sob o qual se dispõe que nenhuma pessoa com deficiência será objeto de discriminação, é correto afirmar que

- (A) qualquer preconceito ou tratamento humilhante impetrado contra a pessoa com deficiência será crime inafiançável e horrendo.
- (B) somente pessoas que sofreram discriminação em relação a sua deficiência poderão comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação dos seus direitos.
- (C) mulheres e crianças com deficiência física que forem objeto de qualquer forma de negligência e discriminação terão seus direitos reclamados pelo Ministério Público sobre o preconceito sofrido.
- (D) não constitui discriminação a diferenciação ou preferência adotada para promover a inclusão social ou o desenvolvimento pessoal.

36. Ao definir a política de assistência social como uma política de seguridade social que visa, de forma gratuita e descentralizada, contribuir para a melhoria das condições de vida e de cidadania da população pobre, adotamos o seguinte procedimento básico:

- (A) inclusão no circuito de bens, serviços e direitos de segmentos sociais situados à margem desses frutos do progresso.
- (B) providência administrativa emergencial, de pronto atendimento voltado para reparar carências.
- (C) satisfação de necessidades biológicas ou naturais do ser humano.
- (D) corrigir injustiças, prevenindo situações de vulnerabilidade, principalmente àqueles que contribuem regularmente.

37. Nos anos 1990, uma verdadeira “contra-reforma” do Estado esteve em curso no sentido de flexibilidade, competitividade, adaptabilidade e atratividade, sob pressão de fatores conjunturais externos e internos, cujos principais aspectos relativos às políticas sociais se encontram relacionados a seguir:

- (A) flexibilização do papel do Estado; programa de rentabilidade produtiva; incentivo à agro-exportação; flexibilização das relações de trabalho; fixação de recursos à política social; gestão participativa.
- (B) redefinição do papel do Estado; programa de publicização; flexibilização das relações de trabalho; privatizações e capital estrangeiro; contingenciamento ou desvio de recursos destinados à política social; separação entre formulação e execução de políticas.
- (C) afirmação do papel do Estado; programa de incentivo à produção rural; programa de crédito ao pequeno produtor; redefinição dos recursos às políticas públicas; priorização das políticas de renda mínima; gestão através de conselhos.
- (D) delimitação do papel do Estado; priorização das políticas de distribuição de renda; programa de rentabilidade produtiva; programa de responsabilidade social e ética pública; privatizações; gestão integrada da formulação e execução de políticas.

38. A conceituação de diagnóstico tem variadas conotações que vêm se transformando ao longo do tempo, sendo concebido por diferentes autores de acordo com sua visão metodológica. No entanto, pode-se dizer que o diagnóstico, na visão tradicional do Serviço Social, é considerado

- (A) como uma etapa do processo de planejamento linear da ação, antepondo-se à programação.
- (B) como dados coletados pela população acerca de sua própria realidade, no processo de planejamento participativo.
- (C) um processo desenvolvido conjugadamente pela população e por profissionais, não sendo, predominante, uma fase do método utilizado pelo assistente social.
- (D) uma etapa em que o assistente social e a população conhecem as vocações e as dificuldades da comunidade, a fim de transformar relações sociais e realidades.

39. Segundo o Documento de Araxá (1967), dentre os postulados, pelo menos três se acham explícitos ou implicitamente como pressupostos fundamentadores da atuação do Serviço Social. São eles:

- (A) do respeito fundamental do ser humano, da auto-determinação do sujeito e da vida comunitária.
- (B) dos valores humanos, do bem comum e da vivência cristã.
- (C) do respeito dos valores culturais, da essência política e comunitária do ser humano e da integração social.
- (D) da dignidade da pessoa humana, da sociabilidade essencial da pessoa humana e da perfectibilidade humana.

40. Constitui-se na regulação e organização, em todo território nacional, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, de caráter continuado ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público, sob critério universal e lógica de ação, em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil:

- (A) a Lei Orgânica da Assistência Social.
- (B) a Política Nacional de Assistência Social.
- (C) o Sistema Único de Assistência Social.
- (D) o Sistema Único de Saúde.